

Formação de professores e a prática no Atendimento Educacional Especializado- AEE em Manaus/Amazonas.¹

Larissa dos Santos Cortez ²

Orientador do Trabalho: Denilson Diniz Pereira ³

RESUMO

A presente pesquisa originou-se de questionamentos e discussões que envolvem a importância da abordagem, ainda no processo de formação de professores, do Atendimento Educacional Especializado. O objetivo do trabalho perpassa elencar o referencial teórico para o estudo da temática no currículo de formação dos professores. A pesquisa encontrará dados que auxiliarão a compor o corpus teórico como também a sistematização de questões já reconhecidas. A Criação de eixos para o diálogo durante o processo de formação, os formandos sobre como adaptar suas práticas pedagógicas para atender às diversas necessidades.

Palavras-chave: Educação Especial, Formação de professores, Atendimento Educacional Especializado

INTRODUÇÃO

A escolha do tema ocorreu em decorrência dos questionamentos que surgiram após as disciplinas de práticas curriculares e as vivências durante a graduação e os estágios no curso de Letras em Língua Portuguesa de uma Instituição de Ensino Superior – IES pública. Durante os períodos das práticas em sala de aula, foi possível observar as principais dificuldades de aprendizagem que os professores enfrentam diariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Tal abordagem ainda é tratada de maneira genérica nos documentos legais e orientadores voltados aos docentes. Embora o escopo do projeto compreenda os formandos em Letras Língua Portuguesa, as demais licenciaturas lidam com as mesmas dificuldades desde ausência de formação específica voltada para as especificidades dos alunos público-alvo, redundando em dificuldades durante a práxis. Algumas dessas dificuldades também decorrem diretamente da fragilidade curricular de diversos cursos de licenciatura durante a formação do acadêmico e das adversidades em sala de aula. Tais questionamentos acompanham o processo de formação dos professores, como o processo de inclusão escolar dos alunos neuro divergentes que necessitam do AEE.

Para garantir que essa demanda seja atendida, faz-se também necessário a integração de todos do corpo docente, e isso só é possível com a capacitação adequada. Para isso Freitas (2006, p.161), assevera que a formação do professor de modo geral, deve incluir programas e conteúdo



que auxiliem no desenvolvimento das competências necessárias. Outro ponto que¹ também assegura a realização dessa modalidade, são os dispositivos legais e os parâmetros educacionais. A respeito disso, há também um amparo que dispõe que no país, o acesso à educação inclusiva é garantido por lei. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Brasil, 2020), ambas dispõem sobre a formação e disponibilização desses profissionais para o AEE. Como uma garantia para que essas leis tenham suporte legal necessário para que sejam cumpridas nas escolas, com o intuito de promover de forma efetiva, a inclusão e a equidade na educação. Sendo assim, é primordial garantir o debate sobre a capacitação necessária de professores, fazendo com que isto possibilite a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.

METODOLOGIA

Por motivos de ajuste técnico, a pesquisa será de caráter exploratório, realizada sob a ótica do levantamento bibliográfico que embasará a importância da temática, perfazendo a composição do universo teórico, bem como destacando sua relevância para a discussão sobre o processo de formação de professores, mormente no que toca ao Atendimento Educacional Especializado.

A questão motriz para a escolha do tema e da metodologia fundou-se na perspectiva de como conduzir, a partir de uma problemática, a pesquisa que visa compreender e explorar uma questão pouco debatida no curso de Licenciatura de Língua Portuguesa, a saber, o escrutínio da metodologia atual empregada e o levantamento de novas hipóteses pedagógicas.

Essa escolha metodológica utilizada na pesquisa foi pautada também sob o questionamento e investigação de uma questão complexa da realidade educacional. Essa escolha auxilia na busca por respostas para questionamentos envolvendo as novas práticas educacionais, a identificação, compreensão e reflexões que precisam ser exploradas. Pela natureza da pesquisa ser mais flexível, isso possibilita o aprimoramento de ideias considerando os aspectos relativos à temática discutida.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), na Universidade Federal do Amazonas.

² Graduanda do Curso de Letras Língua e Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Amazonas AM, Larissa.dcortez@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor, Faculdade de Educação - AM, Denilsondiniz@ufam.edu.br



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao pensarmos em como iniciar a discussão sobre o processo de formação de professores que contemple as diversas necessidades, faz-se necessário olhar também através da ótica do direito à educação. Tomamos como perspectiva da educação especial inclusiva a reflexão sobre os valores democráticos e da cidadania. Cidadania compreendida em seu sentido mais amplo, sejam direitos civis, políticos, sociais, sejam direitos econômicos e culturais. Vivemos em uma sociedade democrática, fundada na pluralidade, no diálogo e na convivência com a diversidade. A Constituição Federal estabelece como princípio fundamental a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A partir dessa afirmação também se faz necessário pensar: Essa permanência abrange todas os componentes que envolvem o processo educacional?

Esse é um dos questionamentos que se deve fazer, já que o direito é garantido por lei, deve haver consonância entre aluno, estrutura física do local e corpo docente.

Neste pensar é imprescindível refletir sobre como ocorre a formação do professor que vai compor o corpo docente e como tais dispositivos legais e regulamentações atuam para garantir a formação necessária para a práxis em sala de aula. Na conclusão do curso, se infere que todo professor está habilitado para a docência em sua área, mas há um ponto em questão, estar habilitado para atuar na área envolve diferentes práticas educacionais que não estão efetivamente na grade curricular do ensino superior. Há, portanto, que se refletir que não há na maioria dos cursos de licenciatura, disciplinas que abordem a temática da Educação Especial.

Nesse cenário de intensas transformações, o contexto dinamizado e inclusivo também traz à tona debates significativos sobre o papel do professor perante a essas mudanças.

Diante desse cenário, o modelo tido como tradicional de formação docente, passa a ser amplamente questionado, uma vez que tende a se mostrar obsoleto frente às novas demandas. Essa complexidade das relações pedagógicas exige não apenas domínio de conteúdos específicos, mas também competências que o habilitem a lidar com a diversidade de forma inclusiva.

Esse processo de formação, ainda na graduação, é um dos pontos de partida para a discussão das principais problemáticas que envolvem o AEE, tendo em vista que não há diretrizes específicas no currículo que atenda as multiplicidades desses estudantes. Essa incompatibilidade entre as necessidades formativas dos professores e a realidade que enfrentam no contexto escolar tem gerado diversas críticas à formação docente. Nos períodos entre 1930 e 1960, o método tradicional viabiliza a falsa crença no “aluno ideal”, para o qual os conteúdos eram diretamente planejados. Esse modelo era inspirado na classe média-alta, com uma situação



familiar estável. Aqueles que não conseguiam se enquadrar nesse perfil eram, então, naturalmente excluídos do sistema escolar. Esse estereótipo ainda persiste em muitas mentalidades pedagógicas. No entanto, vivemos em um novo momento, um momento que democratiza e que valoriza a diversidade humana, o que exige, de forma urgente, novas abordagens de ensino, inclusive no que se refere à formação desses novos professores.

Para que isso transcorra com coerência e sabedoria, é necessário que haja uma redefinição do papel da escola e, consequentemente, dos professores e dos demais agentes educativos. Estes precisam estar devidamente preparados para assumir novos valores profissionais que abranjam, além de uma prática diferenciada, um conhecimento pedagógico, científico e cultural transformador, voltado às características individuais dos seus alunos. (Facion, 2009: 168)

Em relação a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva do AEE (BRASIL, 2008), além das demais atribuições, especifica que:

[...] o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008: 17-18)

A normativa assevera a necessidade do professor ter em sua formação geral conhecimentos da docência e conhecimentos específicos relacionados às características do público-alvo da educação especial, mas não dispõe obrigatoriedade sobre a criação de cursos de educação de extensão na graduação ou matérias que tenham como finalidade tratar desses conhecimentos específicos.

Como exemplo disso, o curso de Letras língua e literatura portuguesa da UFAM, dispõe de apenas uma matéria de promoção de inclusão, que é a disciplina de Língua brasileira de Sinais A. Trata-se de apenas um dos diversos cursos de licenciatura da Universidade que dispõe de pouca formação sobre o assunto.

De acordo com dados do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 4,9% dos professores da Educação Básica no Brasil possuem formação específica em Educação Especial. Entre os profissionais que atuam diretamente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), apenas 42,1% contam com essa formação específica. Esses números são ainda mais preocupantes, quando se considera que pouco mais de 30% dos estudantes público-alvo do AEE, recebam efetivamente o atendimento



Segundo dados do Censo Escolar de 2020 (BRASIL, 2021), o número dessas matrículas alcançou mais 1,2 milhão de estudantes, representando um crescimento de 34,7% em relação ao ano de 2016. Essa estatística inclui alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, matriculados tanto em classes comuns quanto em classes especiais exclusivas.

O aumento da demanda cresceu exponencialmente, mas não proporcionalmente ao quantitativo de professores aptos, dessa forma, comprometendo a qualidade das práticas pedagógicas voltadas ao público da Educação Especial. Isso evidencia ainda mais a urgência de políticas públicas de fortalecimento a formação docente, tanto inicial quanto continuada, para que a inclusão escolar seja efetiva, não apenas em termos de acesso, mas também de aprendizagem significativa. Além dos conhecimentos específicos torna-se:

[...] necessário que os cursos ou projetos de formação inicial e continuada, na modalidade presencial ou à distância, desenvolvam um olhar mais atento que supere os binarismos inclusão/exclusão, normal/anormal, escola regular/escola especial, numa nova lógica de valorização das diferenças e questionamento da globalização hegemônica, visando à construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, a cada grupo, a cada indivíduo.
(DORZIAT, 2009: 10)

Esse tipo de prática educacional exige do professor um conjunto diversificado de saberes e competências para atender estudantes com diferentes tipos de necessidades específicas, todos os diferentes níveis e modalidades de ensino. Ademais, requer habilidades e conhecimentos interventivos em diferentes contextos educacionais.

Sendo assim, é primordial destacar que um dos principais desafios é traduzido na reflexão sobre o processo de ensino e a exposição das dificuldades enfrentadas ainda nos períodos iniciais da formação dos professores. Nesse contexto, a importância dos programas de formação continuada também toma novos rumos, assim como a concepção que se tem sobre o papel do professor e a prática docente.

As diversas concepções sobre os educadores também se refletem nos programas de formação, que são, muitas vezes, marcados por abordagens distintas da realidade da sala de aula.

Dentre os pontos mais importantes, dois merecem especial atenção: a necessidade de enxergar a formação como um processo contínuo e a reflexão durante e escolha das ações pedagógicas. Conceber a formação como um contínuo comum, independentemente do estágio da carreira do professor. No entanto, a formação e o aprimoramento profissional devem ocorrer de maneira progressiva, constante e de acordo com os desafios apresentados, levando também em conta as particularidades contextuais, organizativas e alinhadas com as mudanças desejadas para a educação. A formação continuada, portanto, passa a ser uma exigência inadiável na docência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a natureza da pesquisa tenha sido alterada, a sua fundamentação seguiu para reunir os aspectos teóricos sobre a temática. Ao pensarmos em diretrizes basilares no processo de educação, é preciso lembrar que este é um dos direitos assegurados por dispositivos legais. Com a discussão inicial pautada sobre a efetuação de um direito, o trabalho buscou reconhecer que as questões abordadas aqui não foram esgotadas em sua totalidade. Ao contrário, sua natureza foi amplamente investigada sugerindo novas reflexões.

Inicialmente com uma breve discussão sobre o direito ao acesso à educação garantido pela constituição até formação de professores de modo geral e o direcionamento ao AEE.

Identificamos diretrizes que permitiram discutir sobre a necessidade de revisão dos cursos de formação docente, tanto inicial quanto continuada, visando o atendimento integral e mais eficaz às demandas da educação especial. Foi também demonstrado por meio de pesquisa que ainda não é possível garantir um atendimento de qualidade que favoreça o pleno desenvolvimento das potencialidades dos estudantes público-alvo da educação especial. Ao analisarmos a formação de professores sob a perspectiva do AEE, evidenciamos diferenças abissais entre a legislação, a prática educacional e a realidade do cotidiano das escolas brasileiras. Embora o direito à educação inclusiva esteja assegurado constitucionalmente e reafirmado por diversas políticas públicas, essa garantia esbarra também, na insuficiência de formação específica dos docentes, tanto na graduação quanto na formação continuada.

Ainda assim, os dados apresentados pelo Censo Escolar evidenciam não apenas o crescimento exponencial no número de matrículas de alunos da Educação Especial, mas também a ausência/parcialidade de profissionais aptos. Essa crescente demanda não acompanha uma expansão proporcional de professores devidamente habilitados, comprometendo o aprendizado e as práticas pedagógicas inclusivas.

Por esse prisma, é evidente que formação docente precisa ser reformulada, contemplando a singularidade de cada sujeito, exigindo uma ruptura com modelos homogeneizantes e excludentes. Sendo assim, formar professores para atuar em contextos inclusivos não pode mais ser tratado de forma secundária no que diz respeito a grade dos cursos de licenciatura. Ao contrário, deve ser um eixo basilar, ao incluir práticas interdisciplinares, reflexivas e experiências reais de enfrentamento das desigualdades educacionais.

Além disso, a formação continuada deve ser compreendida como parte fundamental e integrar toda a trajetória profissional dos educadores. Alinhando-se aos desafios e novas habilidades,



considerando os diferentes contextos regionais, institucionais e sociais, possibilitando desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas, críticas e transformadoras.

Garantir a inclusão escolar de forma plena e significativa vai além de promover o acesso, exige a criação de condições reais para a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Isso só será possível com um investimento consistente e planejado na formação docente, capaz de preparar profissionais conscientes, sensíveis à diversidade humana e comprometidos com a construção de uma escola democrática, justa e verdadeiramente inclusiva.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11.
- **BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. BRASILIA, DF, 30 set. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019/2022/2020/decreto/d10502.htm Acesso em: 20 dezembro. 2024.
- **BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988
- DINIZ, D. P. **Formação docente para o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais na terra das crianças caboclas encantadas do Baixo Amazonas.** 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022
- DINIZ D. P., D; LOPES, G.M. L.et al. **Formação continuada na Educação Inclusiva em uma escola no município de Parintins.** Campina Grande: Realize Editora, 2015. v. 1, ed. 4. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br>. Acesso em: 30 julho. 2025.
- DINIZ, Denilson Diniz Pereira. **CURRÍCULO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE: Espaço tempo em Parintins na mesorregião do Baixo Amazonas** Revista Saber Incluir | Santarém, PA | v. 2 | n. 1 | e24010 |jan./abr. | 2025
- DORZIAT, A. **Políticas e práticas inclusivas: estudo comparativo Brasil-Portugal.** Relatório de Estágio Pós-Doutorado. Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Lisboa/Portugal: 2009.
- FACION, José Raimundo (org.) **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba: Ibpx, 2009.

